

A falta da exigibilidade de Curso Superior para políticos no Brasil.

Autor(res)

Eduardo Augusto Gonçalves Dahas
Administrador Kroton

Categoria do Trabalho

1

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA

Introdução

O poder emana do povo” logo, nada melhor que um candidato eleito pelo povo tomar posse de um importante cargo político certo? Não exatamente...

Acompanhando ao longo dos anos todo nosso histórico com a política em nosso país, e ensejando um olhar crítico sobre esse cenário, percebe-se a falta de capacitação e conhecimento por parte dos nossos políticos que tem a função de representar os interesses da população, trazendo assim muitas das vezes insegurança e tomando decisões erradas por meio da falta do conhecimento específico pela área em que atuam. Como vimos tantos erros, escândalos e corrupção nos últimos anos, fica o questionamento dos resultados que teríamos se no processo de elegibilidade de nossos políticos fossem exigidos que eles tivessem ao menos um curso superior para a área específica em que empossariam seus respectivos cargos.

Objetivo

O ponto que quero levantar aqui nesse artigo se trata de uma reflexão que bem executada pode ser tornar em uma cabível solução!

Veja bem, temos exemplos claros que talvez possam evidenciar essa situação: Confiar em um engenheiro cujo tem um curso superior em Engenharia, ou confiaria em um leigo engenheiro que tem os básicos conhecimentos, em qual desse entregaria seus projetos?

Material e Métodos

Veja bem, temos exemplos claros que talvez possam evidenciar essa situação: Confiar em um engenheiro cujo tem um curso superior em Engenharia, ou confiaria em um leigo engenheiro que tem os básicos conhecimentos, em qual desse entregaria seus projetos? Então, esse poderia ser a situação que temos a tratar para nosso futuro político no Brasil.

Muitos fatores podem ser citados como pesos para a crise política, tais como: a interpretação das leis, a ética, a ideologia, os interesses e os valores de cada um.

Alguns exemplos recentes em nossa história que podemos citar são: A soltura de presos condenados em segunda instância, a anulação da condenação do então ex-presidente da República Lula, e a interferência nas atribuições do Executivo e Legislativo.

Resultados e Discussão

1. Entendimento do Sistema Jurídico: Um curso de Direito fornece uma compreensão sólida do sistema jurídico brasileiro, incluindo a Constituição, leis, regulamentos e jurisprudência. Isso é essencial para criar e interpretar leis, bem como para propor políticas que estejam em conformidade com o ordenamento jurídico vigente.
2. Elaboração de Leis e Políticas Públicas: Políticos frequentemente precisam propor novas leis e políticas públicas para enfrentar desafios sociais, econômicos e políticos. Com um conhecimento aprofundado em Direito, eles podem criar propostas legislativas mais eficazes, claras e bem fundamentadas, que contribuam para o desenvolvimento do país.
3. Análise Crítica de Legislação Existente: Muitas vezes, os políticos precisam analisar e avaliar projetos de lei já existentes. Uma formação em Direito permite que eles façam uma análise crítica das implicações legais, éticas e sociais de diferentes propostas, contribuindo para decisões informadas e fundamentadas.

Conclusão

Garanto que nós eleitores estaríamos também bem mais seguros em relação as nossas escolhas, Imagine comigo: Seria mais seguro a execução de um Lei, proposta e votada por legisladores que reconhecidamente conhecem da legislação brasileira, ou de um legislador que confiado pelo voto do povo propôs-se ao Senado uma Lei totalmente incabível ao cenário brasileiro, é que ele realmente foi eleito, baseando-se seus eleitores de que ele teria conhecimento suficiente para tomar decisões assertivas.

Referências

que diz: [...] “Desde o ponto de vista acadêmico, contudo, os juristas brasileiros estudam pouco as políticas públicas e o fazem com recursos metodológicos escassos e frágeis. Pode-se dizer, em outras palavras, que a disciplina do direito tem uma relação um tanto ambígua com o campo transversal das políticas públicas. Se, de um lado, quando desempenham os papéis de gestores, administradores ou procuradores, os juristas interagem com elas intensamente (moldando-as e operando-as), de outro lado delas mantêm, como cientistas sociais, uma reveladora distância. Algumas delas estão, acredito, relacionadas a certos traços do ensino jurídico que temos, que embora venha se dedicado a formar magistrados, advogados, promotores, procuradores, defensores políticos, autoridades públicas e políticos há quase dois séculos, não se propôs, especificamente, a formar profissionais do direito preparados para estruturar, operar e aprimorar políticas públicas e programas de ação governamental.”[...]